ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 002/2024 DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ.

Aos 6 (seis) dias de fevereiro de 2024 (dois mil e vinte e quatro), às 16h, teve início, na sede do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro, sito à Av. República do Chile, no. 230/23º. Andar – Centro – Rio de Janeiro, a Reunião Plenária Ordinária do CAU/RJ nº 002/2024, sob a coordenação do presidente do CAU/RJ, Arquiteto Urbanista **Sydnei Dias Menezes. Item 1. Verificação de quórum: mínimo de 15 conselheiros,** TITULAR ou SUPLENTE, em exercício da titularidade, Presentes os **seguintes conselheiros: (titulares):** Aníbal Sabrosa Gomes da Costa, Arnaldo de Magalhães Lyrio Filho, Carlos Augusto Abreu, Daiane Domingos dos Santos, Will Robson Coelho, Vasco de Azevedo Acioli, Fábio Bruno de Oliveira, Gustavo Monteiro Manhães, Igor Freire de Vetyemy, Isabel Cristina Castro da Rocha, José Antônio Mendes Casas Novas, Júlia Monteiro Santana, Kátia Maria Farah Arruda, Daniele Bento Ruas, Luís Fernando Valverde Salandia, Luiz Othon Agnese Bezerra de Mello, Marllon Sevilha da Silva, Marta Regina Ribeiro Costa, Michelle Beatrice Fernandes, Millena Caroline Moraes de Miranda, Paulo Oscar Saad, Renata da Rocha Moreira Emilião, Savana Maria de Freitas, Sydnei Dias Menezes, Tanya Argentina Cano Collado, Anita Louise Braga Delmas de Lima, Marcelo Augusto Gonzales Felix Filho, Vivianne Sampaio Vasques. **Registros dos Conselheiros suplentes presentes sem voto:** Marcelino da Silva Fernandes, Sílvio Roberto Macedo Leal Júnior, Sandra Hiromi Kokudai, Rafael Salmaso C. Costa da F. Ferreira, Teresa Cristina Menezes de Oliveira. **Conselheiros com ausência justificada:** Daniel Mendes Mesquita de Sousa, Eduardo Ribeiro dos Santos, Tayane de Mello Yanez Nogueira. **Item 2 – Execução do Hino Nacional Brasileiro. Item 3 - Aprovação da Ata da Reunião Ordinária nº 001/2024** (09/02/2024) - **Anexo 1.** As inserções sugeridas foram incorporadas ao texto. **Ata aprovada por unanimidade. Item 4. Leitura de extratos e correspondências recebidas e/ou expedidas**. Não houve nenhuma comunicação de destaque e relevância a ser apresentada à plenária. **Conselheiro Marcelo Augusto Gonzales Felix Filho** solicitou e foi aceita a questão de ordem para registrar que as Portarias nº 5, 6, 7 e 8, às quais atribuem funções aos vice-presidentes, de acordo com o Regimento Interno, tais funções não podem sobrepor ao trabalho da presidência. **Item 4.1. Protocolo de intenções assinado com CREA-RJ - Anexo 2. O presidente Sydnei Dias Menezes** mencionou o Protocolo de Intenções assinado com o Crea do Rio de Janeiro, documento que antecipa a elaboração de um convênio entre as duas instituições. Como desdobramento desse protocolo, está em andamento a fiscalização do sambódromo em uma ação conjunta entre o Crea-RJ e o CAU/RJ, respeitando as competências distintas de cada conselho. Além disso, foi mencionada uma questão técnica para garantir a participação dos conselheiros que acompanham online. O protocolo foi assinado no início da gestão e resultará em um termo de cooperação técnica entre as autarquias. **4.2. Portarias publicadas em janeiro de 2024 - Anexo 3:** Foram apresentadas portarias que visam corrigir omissões no Regimento Interno do CAU-RJ, relacionadas ao papel dos vice-presidentes. Essas portarias estabelecem atribuições para os vice-presidentes, garantindo que atuem como suporte à presidência, sem interferência nas prerrogativas do presidente. Cada vice-presidente foi designado para coordenar áreas específicas de apoio à presidência, como comissões, gerências, comunicação, eventos, marketing e relações institucionais. **O conselheiro Marcelo Augusto Gonzales Felix**

Filho expressou sua concordância com a proposta de atribuição de funções aos vice-presidentes, reconhecendo a importância dessa medida para auxiliar o trabalho da presidência. Ele sugeriu alterações nos termos das portarias para garantir conformidade com o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do CAU, as sugestões foram as seguintes: À Conselheira Isabel Cristina Castro da Rocha: apoiar a interface com as gerências do CAU, removendo o termo "supervisora". À conselheira Michele Beatriz Fernandes: apoiar a comunicação, removendo o termo "coordenadora". Ao vice-presidente Carlos Augusto Abreu: apoiar as comissões ordinárias. Para o vice-presidente Aníbal Sabrosa Gomes da Costa: apoiar representações institucionais, conforme o artigo 56, inciso 49 do Regimento Interno. **Presidente Sydnei Dias Menezes** informou que iria encaminhar as sugestões à Assessoria Jurídica para avaliação e que, se for o caso, faria os ajustes. **Conselheira Tanya Argentina Cano Collado** levantou preocupações sobre as nomeações de coordenação e supervisão, destacando a importância de consulta jurídica devido à existência do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR), para evitar possíveis sobreposições de cargos. Ela também questionou a presença permanente do vice-presidente Carlos Augusto Abreu nas comissões, mencionando que, de acordo com o Regimento Interno, isso pode não ser viável, ressaltando que apenas os membros das comissões têm presença permitida, conforme o artigo 91 do Regimento Interno. **Conselheiro Igor Freire de Vetyemy** expressou sua satisfação ao ver um conselheiro novo como o Marcelo Gonzales dedicado a ler o Regimento Interno e contribuir para a elaboração de decisões, em conformidade com esse instrumento regimental. Ele ressaltou a importância de esclarecer os papéis designados aos vice-presidentes. **O conselheiro Paulo Oscar Saad** agradeceu as contribuições sobre questões regimentais e propôs a revisão do Regimento Interno, que considera ultrapassado. Destacou a importância de alcançar um entendimento sobre as mudanças necessárias, destacando que há oito anos não se consegue consenso para a matéria. Argumentou que um Regimento atualizado é fundamental para refletir os avanços conquistados ao longo dos anos. **Item 5. Informes da Presidência**: A seguir, o **presidente Sydnei Dias Menezes** fez uma apresentação dos informes: 1 - **Vice-presidentes e Novos Colaboradores:** Anúncio e encaminhamento da proposta de vice-presidentes; Apresentação dos novos colaboradores, incluindo Dr. João Balsini, servidor concursado, como Procurador Geral do CAU/RJ e outros membros da equipe. 2 - **Comissões e Comunicações:** Informações sobre os coordenadores e adjuntos das comissões; Comunicados sobre o protocolo de intenções e convocação do CEAU para reunião; necessidade de estabelecer novas comissões temporárias e especiais conforme o Regimento Interno. 3 - **Processos de Ética e CAU Itinerante:** Desafios enfrentados com os processos éticos pendentes; Continuidade do CAU Itinerante e ajustes para garantir sua permanência. 4 - **Café com o CAU/RJ e Espaço do Arquiteto:** Importância de melhorar o formato do Café com o CAU/RJ e do Espaço do Arquiteto; Solicitação para que os conselheiros contribuam com sugestões para aprimorar essas iniciativas. 5 - **Dados Estatísticos:** Crescimento no número de empresas e arquitetos registrados; apresentação da dívida ativa do CAU/RJ e a necessidade de resolvê-la com seriedade e rapidez. 6 - **Produção Arquitetônica e Atendimento:** Análise da produção arquitetônica no Estado do Rio de Janeiro e desafios enfrentados; Números referentes aos atendimentos realizados pelo CAU ao longo dos anos. 7 - **Despesas e Contratos:** Demonstração das despesas com pessoal, diárias, passagens aéreas e contratos

vigentes; Alerta sobre o comprometimento significativo da folha de pagamento em relação ao orçamento total. 8 - **Fiscalização e Site do CAU:** Dados sobre as ações de fiscalização, denúncias e impugnações de editais; demonstração com a defasagem e falta de atualização do site do CAU/RJ, destacando a necessidade de reestruturação. 9 - **Informações Adicionais:** Custos mensais da sede do CAU/RJ e questões relacionadas à falta de acessibilidade; proposta de criação de comissões especiais e temporárias, sujeita a debate futuro. Após os informes, foi aberto espaço para debate sobre os assuntos apresentados. **Conselheiro Gustavo Monteiro Manhães** indagou se os 470 atendimentos do CAU/RJ Itinerante, em 2023, incluem todos os tipos de atendimento ou apenas alguns específicos. O **Presidente Sydnei Dias Menezes** respondeu que incluem todos os tipos de atendimento. **Conselheiro Vasco de Azevedo Acioli** levantou duas questões: a primeira sobre a sugestão de mudar o nome do Café com CAU/RJ devido à associação com a empresa Concau, que está em recuperação judicial; a segunda sobre a composição da cesta de investimentos do CAU/RJ e quem seria responsável por ela, considerando a notícia positiva sobre a saúde financeira do CAU/RJ. **Conselheira Tanya Argentina Cano Collado** abordou várias questões durante sua intervenção: a ausência de inscrições para os informes, a não apresentação de uma funcionária (Dáfne Ramos Gonçalves) e a recontratação do funcionário temporário que estava no setor do jurídico, preocupações sobre o discurso em torno da dívida ativa e fiscalização, a questão do acesso ao site do CAURJ controlado pelo CAUBR, e a alocação de recursos nos editais de orçamento, especialmente em relação aos fundos destinados à ATHIS. Ela também expressou preocupação pela falta de apresentação dos processos de solicitação de comissões temporárias, conforme prometido. **Conselheiro Igor Freire de Vetyemy** abordou várias questões relacionadas à gestão financeira e à comunicação do CAU/RJ. Ele destacou a importância de uma boa administração do caixa, a descentralização das responsabilidades por meio das comissões temporárias, e sugeriu revisões na comunicação para evitar equívocos e garantir representatividade igualitária dos conselheiros. Ele também endossou as críticas do Conselheiro Vasco ao nome do programa "Café com CAU", lembrando que já existe há algum tempo um programa chamado "Café com Mica" e soa estranha a possibilidade de isso configurar uso da autarquia para promover o programa justamente da conselheira que é responsável pelos eventos do CAU, a vice-presidente Michele, conhecida como Mica. Aproveitou ainda para elogiar a frequência com que as redes do CAU têm postado, mas ao mesmo tempo criticar a falta de conteúdo de muitos dos posts. Citou como equivocados alguns exemplos: o dia em que a cidade estava toda alagada e o post das redes do CAU era "Feliz aniversário Conselheiro Saad"; um post em que a notícia era "presidentes do CAU e do CRA circulam pela sede" sem falar o que foi discutido; o post "CAU-RJ 'abre suas portas' aos arquitetos fluminenses'", que é uma inverdade, pois trata-se de um programa com mais de 6 anos, portanto deveria estar escrito "segue abrindo suas portas" e não insinuar ser uma nova iniciativa dessa gestão; citou mais um post com o mesmo caso, que diz "este ano o CAU oferece uma variedade de descontos especiais na anuidade", quando estão sendo oferecidos exatamente os mesmos descontos que já eram oferecidos no ano anterior; além de criticar o post "CEF elege Tanya Collado como coordenadora", em que a foto não era da conselheira Tanya Collado nem as aspas eram dela, e sim do conselheiro Abreu; da mesma forma, os demais posts sobre as eleições de coordenadores mostravam quase

exclusivamente conselheiros vindos da chapa do presidente, além do fato de que metade dos posts desde o início da gestão retrataram a cara ou o nome do presidente, em uma desnecessária e deselegante super-exposição. Por fim, lembrou que a conselheira Michele concordou quando foi alertada sobre a impropriedade de um post da autarquia sobre uma entrevista que ela mesma deu a um jornal, onde não falou como conselheira do CAU, comentando sobre assunto alheio à autarquia, e ela disse que imediatamente retirou o post do ar e deu instruções para que isso não mais tornasse a acontecer. Acontece que no dia seguinte saiu um post com um artigo da conselheira federal que nada tem a ver com sua função no CAU. Portanto, encerrando sua fala, o conselheiro Igor de Vetyemy requisitou que fosse dada mais atenção à responsabilidade sobre os conteúdos que são postados nos perfis oficiais e recomendou que fosse montada uma equipe para auxiliar com uma redação mais formal, em tom mais institucional, e com mais conteúdo de verdade. **O Conselheiro Paulo Oscar Saad** expressou preocupação sobre as comissões temporárias do CAU, destacando a importância de compreender seus objetivos e resultados. Ele mencionou a dificuldade em obter informações detalhadas sobre essas comissões da gestão anterior, enfatizando a necessidade de entender seus produtos e resultados para considerar a recriação ou criação de novas comissões. Por fim, ressaltou o esforço da atual gestão em buscar essas informações, apesar das dificuldades encontradas. O **Conselheiro Marcelo Augusto Gonzales Felix Filho** solicitou que os slides, as tabelas e os gráficos, referentes à apresentação dos informes do presidente, fossem enviados, por e-mail aos conselheiros. A **Conselheira Vivianne Sampaio Vasques** levantou questões sobre a Comissão de Ética e Disciplina (CED) e as comissões temporárias. Ela expressou surpresa pelo não tratamento dos apontamentos feitos em reunião da CED, especialmente sobre o aumento do número de conselheiros, e sugeriu que essas questões fossem discutidas para agilizar o processo. A conselheira Vivianne também questionou a eficácia dos relatórios das comissões temporárias da gestão anterior, sugerindo uma revisão para melhorar a compreensão por parte dos conselheiros atuais. Além disso, ela destacou a importância de fornecer informações mais detalhadas sobre as atividades da presidência, incluindo os motivadores dos encontros, para uma melhor compreensão por parte dos conselheiros. O **Conselheiro Carlos Augusto Abreu** esclareceu que na reunião da Comissão de Ética e Disciplina (CED) foi discutida a possibilidade de ampliar o número de conselheiros presentes e distribuir os processos entre titulares e suplentes para acelerar o trabalho. Ele destacou a necessidade de reestruturação dos servidores para resolver questões na CED. Sobre as comissões temporárias, o conselheiro Carlos Augusto Abreu enfatizou a importância de seguir o Regimento Interno, que estabelece um roteiro para apresentação dessas comissões, seus objetivos, duração e relatórios. A **Conselheira Kátia Maria Farah Arruda** destacou a existência de um relatório de gestão do mandato anterior que não foi distribuído aos conselheiros. Ela também enfatizou a importância de não postergar a análise das comissões temporárias, argumentando que um conselho não pode ficar sem elas. Ela citou exemplos de outras entidades que possuem várias comissões internas e sugeriu que a análise e votação dessas comissões ocorram rapidamente, na próxima plenária. O **Conselheiro Fábio Bruno de Oliveira** complementou informações sobre a Comissão de Ética e Disciplina (CED), explicando que a ata da última reunião foi assinada eletronicamente através do sistema SEI. Ele mencionou que a ata será encaminhada a todos os membros e destacou que houve

discussões sobre a possibilidade de ampliar o número de membros da CED, mas que isso requereria um ato jurídico de disposições transitórias. O conselheiro Fábio Bruno de Oliveira informou que uma imersão para treinamento dos membros da comissão está agendada para o dia 22 de fevereiro, visando esclarecer dúvidas e melhorar a análise dos processos. Em seguida, o **presidente Sydnei Dias Menezes** informou que o leque de opções de investimentos foi estabelecido na gestão anterior e sugeriu que o gerente financeiro fornecesse mais detalhes. O gerente financeiro Rodrigo Leite explicou que o saldo de cerca de 12 milhões, proveniente de superávit anterior, estaria aplicado em um Fundo de Investimento conservador, administrado pelo Banco do Brasil e atrelado a títulos públicos, com retorno médio de 12%. O **presidente Sydnei Dias Menezes,** respondendo à conselheira Tanya Collado, esclareceu que o item 5.4 seria abordado ao formar uma comissão temporária de ATHIS, por isso não foi mencionado anteriormente. O **presidente Sydnei Dias Menezes** concordou que algumas comunicações do CAU/RJ precisam ser ajustadas e encorajou feedbacks imediatos para correções. O presidente reconheceu sua intensa atividade e consequente repercussão na comunicação e mídia como fato positivo. O **presidente Sydnei Dias Menezes** explicou que a exposição visa a transparência dos atos públicos da presidência. Agradeceu sugestões para compartilhar mais informações com os conselheiros e esclareceu que a primeira comissão temporária seria votada na reunião atual e que não haveria deliberação sobre os processos da CED ainda, pois cabe à plenária tomar decisões. **A conselheira Vivianne Vasques** sugeriu que a ata deveria refletir as discussões realizadas, incluindo a sugestão de aumentar o número de conselheiros na CED e envolver suplentes na análise de processos, conforme discutido anteriormente. O **presidente Sydnei Dias Menezes** aquiesceu que já estaria na ata. **6. Informes da Conselheira Federal Leila Marques** que destacou a eleição da presidente Patrícia (CAUBR), ressaltando sua afinidade com as pautas do CAU/RJ e a importância de uma relação harmoniosa com o CAUBR. Ela detalhou seu envolvimento em diversas comissões, incluindo a Comissão Ordinária de Organização e Administração e a Comissão Especial Eleitoral Nacional, enfatizando o alinhamento das pautas com questões de EAD e outras discussões relevantes. A conselheira federal também abordou a estratégia de engajamento nas redes sociais do CAUBR, explicando a fase de apresentação e interação com a sociedade. Ela mencionou a ausência de comissões temporárias no momento e a disposição para colaborar em diversos programas e iniciativas, como o CAU Portas Abertas e o Ache um Arquiteto. Terminada a exposição da conselheira federal Leila Marques, a **conselheira Tanya Argentina Cano Collado** informou à conselheira Leila sobre um recurso em andamento na Comissão Eleitoral Nacional relacionado à Comissão Eleitoral do Rio de Janeiro, três conselheiras, duas titulares e uma suplente, tiveram seus registros contestados. A conselheira Tanya expressou a frustração devido à demora na resolução do caso e manifestou sua esperança de que a participação de Leila na comissão ajude a acelerar o processo de decisão. A **Conselheira federal Leila** Marques explicou que a Comissão Eleitoral Nacional solicitou uma prorrogação devido a atrasos na entrega das comissões locais, resultando em uma confusão entre duas comissões. O jurídico do CAUBR determinou que apenas uma comissão poderia tratar das questões eleitorais nacionais. No entanto, a nova comissão, da qual faz parte, ainda não recebeu toda a documentação necessária, incluindo a do Rio de Janeiro. Isso impediu que a comissão se reunisse, mas o assunto será tratado com a

devida atenção e prorrogação de prazo, se necessário, disse a conselheira federal. **7. Ordem do dia. 7.1. Aprovação do *ad referendum* 001/2024, indicação das Conselheiras Isabel Rocha e Savana Freitas para representação do COMBARRA (Barra do Piraí) – Anexo 4. Submete à plenária a aprovação do *Ad Referendum nº 001/2024* - Indicação de representante do CAURJ no Conselho Municipal de Barra do Piraí (Combarra).** Primeiramente, o **presidente Sydnei Dias Menezes** explicou o conceito de *ad referendum*, uma decisão tomada pelo presidente sem a consulta ao plenário devido a restrições de tempo, sendo posteriormente apresentada à plenária para aprovação ou rejeição. Ele detalhou o caso específico de indicação de um membro para o COMBARRA, conselho municipal de Barra do Piraí, e justificou a escolha da conselheira e vice-presidente **Isabel Cristina Castro da Rocha** pela sua experiência e localização geográfica, e de sua suplente a arquiteta **Savana Maria de Freitas**. O ***ad referendum* foi aprovado pela plenária**. A **Conselheira Tanya Argentina Cano Collado** cumprimentou as duas conselheiras pela indicação, ressaltando a importância do CAURJ no interior do estado, destacando que o número de arquitetos no interior tem aumentado muito, especialmente depois da pandemia. O **Conselheiro Luís Fernando Valverde Salandía** referiu-se a um projeto apoiado pelo CAU/RJ, o Observatório Colaborativo da Agenda Urbana Fluminense, que envolve voluntários e levanta informações sobre planos ligados à política urbana nos municípios do estado. O conselheiro sugeriu agendar uma apresentação do Projeto apoiado pelo CEAU "O que Muda com o novo plano Diretor do Rio de Janeiro" para todos/as os/as conselheiros/as, o que foi prontamente aceito pelo presidente. A **Conselheira Michelle Beatrice Fernandes** destacou a reestruturação da comunicação no CAU/RJ, mencionando as diversas áreas de atuação do setor, como site, mídias sociais, eventos, entre outros e enfatizou a importância de trazer os arquitetos para dentro do CAU/RJ, promovendo diálogo e interação. A conselheira Michelle também mencionou a estratégia do "Café com CAU/RJ" para engajar os arquitetos e sua preocupação ao emprestar sua marca para o CAU/RJ. Destacou, também, a disponibilidade para trocar ideias e compartilhar o planejamento de mídias, mostrando a abertura para colaboração. O **presidente Sydnei Dias Menezes** agradeceu à conselheira Michelle pela sua contribuição, mas explicou que sua observação deveria ter sido feita no início da reunião, durante as inscrições, para seguir o protocolo das reuniões do CAU, mas reconheceu a relevância da contribuição da conselheira. **7.2. Aprovação da formação da Comissão temporária de ATHIS,** PROPOSTA pela presidência: **COMISSÃO TEMPORÁRIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (CATHIS) OBJETIVO GERAL:** A Comissão Temporária de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (CATHIS) do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro (CAU/RJ) tem o objetivo de disseminar práticas estabelecidas pela Lei nº 11.888 de 2008, que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, de qualidade, através dos profissionais da Arquitetura e Urbanismo. FUNDAMENTAÇÃO: A Lei de criação do CAU, nº 12.378/2010, define como finalidade principal a regulamentação e fiscalização o exercício da arquitetura e urbanismo de forma a oferecer à sociedade qualidade nos serviços executados pela categoria. Para que a qualidade dos serviços de arquitetura e urbanismo seja inclusiva e democrática,foi inserido nos planos de ação do CAU/BR e dos CAU/UF o percentual mínimo de 2% (dois por cento) da receita líquida de arrecadação de cada

ente para o desenvolvimento de ações de ATHIS com participaçãode arquitetos e urbanistas. O CAU/RJ deliberou uma ampliação para 3% (três por cento) desse percentual. Dessa forma, a criação de uma Comissão de trabalho composta por conselheiros e convidado, de notório saber, se faz necessária para que, na qualidade de órgão consultivo, seja dada orientação à Presidência do CAU/RJ de como executar essa atividade. OBJETIVOS ESPECÍFICOS Debates em reuniões, preferencialmente, presenciais, para discussão de projetos, convênios, parcerias ou concursos com prefeituras municipais, que resultem na efetiva aplicação da Lei de ATHIS, no maior número de municípios fluminenses possível, com o protagonismo de arquitetos e urbanistas, devidamente remunerados pelo seu trabalho e atendendo à parcela da sociedade que de fato necessita desse serviço público e gratuito de qualidade. MEMBROS DA COMISSÃO: Conselheiros: Daiane Domingos; Maria Emília Tobias; Sandra Kokudai; Daniel Mendes e o Arquiteto e Urbanista convidado (voz e voto): Mauri Vieira. ORÇAMENTO PREVISTO: De acordo com a Deliberação Plenária 3% da arrecadação do CAU RJ. PRAZOS: De execução das metas – até 30 de novembro/24 - 10 meses. Da duração da Comissão – até 31 de dezembro/ 24 - 11 meses – Último mês: para entrega de resultadosem relatório - O **presidente Sydnei Dias Menezes** propôs a formação para a Comissão Temporária de ATHIS, obtendo consenso sobre os membros indicados. Ele apresentou uma proposta de rito para a composição de comissões temporárias, que inclui objetivos gerais e específicos, membros, orçamento previsto e prazos. Os membros propostos para a Comissão de ATHIS **são Daiane Domingos dos Santos, Maria Emília Silva Lucas Tobias, Sandra Hiromi Kokudai, Daniel Mendes Mesquita de Souza e como convidado Mauri Vieira.** Após **aprovação unânime**, a conselheira Sandra Kokudai expressou gratidão pela criação da comissão, porém ressaltou a importância de incluir a sociedade civil organizada nos objetivos específicos, especialmente para abordar questões de moradia popular e assessoria técnica em parceria com o poder público e entidades representativas profissionais. O **presidente Sydnei Dias Menezes** esclareceu que a inclusão de "preferencialmente" nos objetivos específicos da Comissão de ATHIS não exclui outras ações importantes, mas visa dar um passo adiante na efetivação da assistência técnica junto às prefeituras municipais. O **Conselheiro Carlos Augusto Abreu** complementou destacando a necessidade de obrigatoriedade na destinação de recursos para ATHIS por parte das prefeituras e do governo estadual, ressaltando que a falta de cumprimento da lei tem sido um grande obstáculo para o desenvolvimento da assistência técnica. Ele relatou uma reunião institucional com a participação do Ministério Público Federal, na qual foi cobrada efetivação dessa lei, apontando para a importância da pressão para garantir o cumprimento das obrigações legais relacionadas à ATHIS. A **Conselheira Sandra Hiromi Kokudai** destacou a importância de preparar os profissionais para a implementação efetiva da política de habitação, sugerindo a criação de uma plataforma semelhante ao Observatório das Políticas Públicas Urbanas para mapear as ações de assistência técnica. Ela mencionou a experiência do Rio de Janeiro como referência na ATHIS e propôs manter uma plataforma para registrar essas experiências. A conselheira também expressou interesse em continuar participando de reuniões do grupo institucional, visando contribuir para a comissão de ATHIS. O **presidente Sydnei Dias Menezes** destacou a intenção de firmar protocolos de intenções com prefeituras, incluindo a questão da ATHIS, e solicita à comissão um escopo mínimo de ação para garantir tal ação nos convênios de

cooperação técnica. A **Conselheira Tanya Argentina Cano Collado** cumprimentou os conselheiros eleitos para a comissão e lembrou dos compromissos assumidos em relação aos últimos editais, destacando a importância de honrá-los. A conselheira também mencionou o desejo da Comissão de Ensino e Formação de conversar com a Comissão de ATHIS sobre a possibilidade de implementar a residência em ATHIS, semelhante a iniciativas em outros estados como São Paulo, Minas Gerais e Ceará. O **Conselheiro Igor Freire de Vetyemy** propôs uma análise das comissões temporárias para decidir quais continuarão, como e se vão prosseguir, sugerindo que cada comissão estatutária analisasse uma comissão temporária e apresentasse os resultados para a próxima plenária. O **presidente Sydnei Dias Menezes** alertou a necessidade de cumprir o Regimento, art. 126, a comissão temporária é constituída pela plenária, mediante proposta fundamentada e apresentada pelo presidente ou pelo conselho diretor ou pela comissão ordinária. O **Conselheiro Anibal Sabrosa Gomes da Costa** elogiou o empenho do grupo em continuar o trabalho desenvolvido na Comissão de ATHIS e observou que não se deve inventar a roda e sugeriu trazer ideias de desenvolvimento de marketing e políticas de agregação de investidores, exemplificando com o caso do fundador do "Jovens Falcões", Edu Lira, propondo a realização de um evento, no CAU/RJ, para que o Edu Lira pudesse compartilhar suas experiências bem-sucedidas em comunidades. A **Conselheira Vivianne Sampaio Vasques** destacou a importância da carta dos arquitetos servidores públicos, aprovada na gestão passada, pedindo atenção ao assunto junto ao CAUBR, mencionando dois pleitos principais da carta: a inclusão do SICCAU na categoria de arquiteto servidor público e a transformação da comissão em uma comissão especial dentro da estrutura do CAUBR. O **Conselheiro Paulo Oscar Saad** expressou o desejo de transformar a ATHIS em uma política pública e propôs estabelecer parcerias com as prefeituras para tornar o conhecimento sobre a ATHIS mais difundido entre autoridades locais. **7.3. Proposta de calendário anual das Reuniões Plenárias, cujas datas são as seguintes:** março – 12/03; abril – 09/04; maio – 14/05; junho 11/06; julho 09/07; agosto 13/08; setembro 10/09; outubro 08/10; novembro 12/11 e dezembro 10/12. **O calendário foi aprovado por aclamação.** Antes de iniciar a pauta processos **Presidente Sydnei Menezes** trouxe questão para ser decidida com relação a distribuição de processos para conselheiros/as, perguntou se todos/as concordavam em distribuir os processos por ordem alfabética dos presentes na reunião. Todos/as concordaram. **Relatório de Recurso à Plenária.** 8.1. Processo Recurso CEP_ 147523/2022, processo distribuído para o ex-conselheiro Luiz Damião ainda na gestão passada e não houve tempo para relato antes de encerramento do ano, fez apresentação do relato para todos/as sobre o processo. O processo foi redistribuído para o conselheiro Fabio Bruno que irá relatar na próxima plenária, e maço. **9. Distribuição de Recurso ao plenário:** 9.1. Recurso ao Plenário – Processo CEP 1516615/2022, processo distribuído para Conselheiro Carlos Abreu. **10. Informes gerais dos Conselheiros. Conselheira Tanya Argentina Cano Collado** mencionou questões relacionadas ao horário e formação de quórum para as plenárias e destacou a importância de seguir o regimento. O **Conselheiro Luís Fernando Valverde Salandía** sugeriu convidar para a apresentação do Observatório a presidente do IAB. Marcela Abla, o que foi prontamente atendido pelo presidente, designando-o para tal fim. O **Conselheiro Gustavo Monteiro Manhaes** fez um relato sobre um projeto de construção do novo mercado municipal em Campos, onde reside. Ele defendeu a

importância da descentralização das atividades do CAU/RJ para o interior, especificamente a Comissão do Interior, destacando a dificuldade e o custo para os profissionais viajarem até a sede. Ele propõe que as atividades, como o "Café com o CAU/RJ", sejam realizadas nas cidades do interior para beneficiar os arquitetos locais e aumentar a eficiência do CAU/RJ. Por fim, indagou se a próxima reunião plenária seria híbrida ou presencial. Consensualmente, foi decidido que a próxima será **preferencialmente presencial com possibilidade híbrida.** O **Conselheiro Luiz Othon Agnese Bezerra de Mello** demonstrou preocupação a respeito dos problemas tecnológicos ocorridos na presente plenária e pediu melhorias para as futuras plenárias. Nada mais havendo a tratar e não havendo mais manifestações da plenária, o **Presidente Sydnei Dias Menezes** agradeceu a presença de todos, enfatizando que a reunião terminara dentro do prazo previsto, com agradecimentos e aplausos pela boa atmosfera presente e encerrou a Reunião Plenária nº002/2024. E, para constar, **eu, Alessandra Vandelli, Assessora Especial da Presidência responsável pela secretaria da mesa,** revisei a presente Ata que foi lavrada por serviço terceirizado e que vai assinada por mim, pela Secretária da Sessão Plenária Michelle Beatrice Fernandes e pelo **Presidente do CAU/RJ, Senhor Sydnei Dias Menezes. Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 2024.**

gov.br Documento assinado digitalmente
ALESSANDRA DE SOUSA VANDELLI CARNEIRO
Data: 14/03/2024 12:07:12-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Alessandra Vandelli
Assessora Especial da Presidência
Responsável pela Secretária da Mesa

Sydnei Dias Menezes
Presidente do CAU/RJ
Gestão 2024-2026

Michelle Beatrice Fernandes
Vice-Presidente do CAU/RJ
Secretária da Sessão Plenária